

Colonização, cultura e território: o caso de Chapecó/SC

*Ana Laura Vianna Villela**

Resumo

O presente trabalho aborda a análise do processo de identidade cultural na cidade de Chapecó/SC, a partir da análise da trajetória e consolidação da malha urbana. Parte dos conflitos pela posse da terra perpassa pelas dificuldades de ocupação do que se considerava uma terra hostil e inabitada, chegando à análise do futuro cultural que se projeta para o município. Neste sentido, aparecem sérias preocupações com o que está sendo resguardado e referenciado como patrimônio e memória da coletividade.

Palavras-chave: colonização século XX; cultura chapecoense, território urbano.

Introdução

A análise do espaço urbano auxilia a compreensão das relações que ali se estabelecem. Nesse sentido é importante destacar que grande parte das cidades brasileiras teve sua origem, surgimento a partir de pequenas ocupações espontâneas vinculadas a processos de transporte de mercadorias, migrações, entre outros motivos. Segundo MARX (1991), ao longo do tempo estes pequenos núcleos recebiam múltiplas influências, tal como os regramentos eclesiásticos, bem como as adaptações advindas da necessidade de se adequar ao local e à atividade econômica ali desenvolvida, que acabavam por lhe conferir um caráter diferenciado dentro do contexto. O resultado podia ser observado tanto pelo tipo de paisagem que o núcleo acabou conformando quanto pela sua importância na região. Nesta perspectiva, Marx destaca que nos primórdios “nunca houve uma codificação colonial portuguesa, normas e procedimentos eclesiásticos eram claramente estabelecidos” (MARX, 1991, p. 11), dando certo ordenamento aos terrenos e às construções religiosas, enquanto as demais edificações iam se conformando de acordo com preceitos muitas vezes confusos e de alcance limitado. Processo bem diferente do ocorrido nas colônias espanholas.

Com o tempo, esse processo registrou no território o importante elo entre a Igreja e o Estado, principalmente na leitura dos espaços de conformação dos núcleos brasileiros, onde se tem a presença do espaço público (praça) cercado pelas edificações representativas da Igreja, do Estado e das famílias mais abastadas. Esse processo mais espontâneo, apesar de altamente induzido e controlado, por diversos fatores de ordem territorial, político-administrativas, entre outros, tornou-se quase que a marca dos núcleos iniciais das cidades brasileiras, tanto que podem ser observados até hoje. O núcleo inicial de Chapecó não foi diferente desta conformação.

As populações e os núcleos vão tomando corpo e adensamento, aumentando os conflitos e dificultando a convivência

em sociedade. Neste momento, faz-se necessário pensar sobre estes espaços, ou melhor, pensar em como resolver ou amenizar tais problemáticas. Assim, a virada para o século XX trouxe muito mais do que a reflexão e consagração de ideários urbanísticos que esboçavam em seus projetos as concepções de sociedade, de modo de vida, e conseqüentemente, de como todos estes elementos deveriam se relacionar nas diversas visões de cidade. No âmbito nacional foi também neste momento queurgia a necessidade de consolidar a ocupação do território como um todo, o que acabou promovendo ações alheias a estes pensamentos ou pelo menos não tão preocupadas com estas inquietações.

Neste processo se encontra a fundação da cidade de Chapecó, localizada no oeste do Estado de Santa Catarina (Imagem 01), que, ao contrário de grande parte dos núcleos urbanos brasileiros, foi colonizada por empresa privada a partir do interesse e anseio público em ocupar, entre outros locais, o oeste catarinense. Assim, são criadas empresas colonizadoras com o intuito de “desbravar” e levar “civilidade” e desenvolvimento às terras inócuas e “inabitadas” do território brasileiro.



Imagem 1: Localização da cidade de Chapecó/SC

Fonte: Ana Laura Vianna Villela; adaptado da Prefeitura Municipal de Chapecó

O município de Chapecó, ao longo de sua consolidação, acabou por imprimir claras e profundas marcas deste processo na sua história, e conseqüentemente, na sua cultura. Ao negar qualquer tipo de civilidade pré-existente, como a indígena e cabocla, por exemplo, deixa clara a discriminação étnica e social para com as comunidades residentes: historicamente os habitantes nativos da região. Como conseqüência, tem-se a negação simbólica no que se refere qualquer vestígio desta comunidade no assentamento urbano e no modo de vida da comunidade, bem como a supra valorização da migração alemã, italiana e polonesa que aqui foram incentivadas a residir e constituir relações. Esse processo ocorre de forma tão forte que hoje se tem verdadeiros espaços de repulsa e segregação que definem e caracterizam o território municipal. Tudo isso salienta a importância de remontar as peculiaridades que constituem o "nascimento" e a consolidação do núcleo urbano de Chapecó/SC, os quais também conformam o contexto da transformação urbana nacional.

A ocupação do oeste catarinense

Para visualizar o processo de ocupação do oeste catarinense, é necessário entender que até o momento de sua efetiva criação, o oeste de Santa Catarina, inclusive o município de Chapecó, encontrava-se em seu estado natural, ou seja, a paisagem que se destacava era a das matas de araucária e seus habitantes de etnia kaingang e "caboclo" - denominação pejorativa dada aos luso-brasileiros pelos descendentes de origem européia. Esse grupo auto denominava-se de "brasileiros" (RENK, 2000) e praticava cultura de subsistência. A infra-estrutura era inexistente, não havia vestígios que ali existisse qualquer traçado preestabelecido. Não havia, portanto, uma prévia demarcação organizacional em forma de lotes ou até mesmo a representação do desenho de uma rua, muito menos a presença de estradas ou de equipamentos como comércio, órgãos públicos ou privados. Desta maneira, a terra urbana era

simplesmente ocupada pelos moradores à medida que ali iam se instalando.

Neste momento, também não se tinha a presença da igreja, capela ou qualquer outro vínculo religioso no local. Suas moradas eram bem rudimentares, e segundo Fortes, os habitantes “[...] moravam nos agrupamentos de suas raças, em casebres de chão, cobertos com capim, folhas de palmeiras ou folhas da abundante taquara da região, e rodeado de esteiras feitas com o caule da mesma taquara ou com o mesmo material da cobertura” (FORTES, 1990, p.25). As suas moradas possuem valor simbólico, forte carga cultural, pois além de servir como abrigo também servia para fortalecer as relações familiares, onde ao mesmo tempo em que se destinavam à moradia também abrigavam a realização de bailes, o que ressalta a importância do convívio social para os caboclos.

Paralelamente a este processo, a região foi palco de frequentes disputas entre Argentina e Brasil, pois ambas as nações reivindicavam a posse do que hoje chamamos de região oeste de Santa Catarina. Este conflito se deu até sua resolução em 1895, quando o presidente dos Estados Unidos Crower Cleveland, mediador indicado para solucionar o impasse, legitimou as terras ao Brasil. Porém, isso não pôs fim aos problemas de posse, pois a região continuou contestada entre os estados do Paraná e Santa Catarina. Esse conflito ficou conhecido como *Contestado*, que teve como principal objetivo dos envolvidos a ampliação tanto territorial quanto econômica.

Santa Catarina, após os conflitos, conquista o direito ao território e começa a tomar posse da região por meio de medidas efetivas para a sua ocupação. Para auxiliar neste processo, tem-se o primeiro grande investimento do Governo do Estado, a estrada de ferro que iniciou suas atividades em 17 de dezembro de 1910, ligando Itararé a Santa Maria (PELUSO, 1982).

A partir disso, tem-se também a efetiva criação de municípios na região. A Lei 1.147, de 25 de agosto de 1917, cria quatro municípios, entre eles o de Chapecó. Mas a paz não acompanhou

este processo, pois novas disputas surgiram a partir de então. Estas tiveram como ponto principal a localização da sede municipal, que se transferiu diversas vezes da vila Bormann para a vila Xanxerê. Isso se justifica se entendermos que a posse da sede implicava uma maior autonomia para a conformação do núcleo urbano. A questão somente se resolveu em 1931, quando da fixação definitiva da sede no Passo dos Índios, onde justamente se encontrava a sede da Empresa Bertaso, Maia e Cia. (originalmente situada em Passo Fundo). Esses empresários gaúchos adquiriram as terras dos herdeiros da Baronesa de Limeira, e ao se instalarem na região, praticaram o desenvolvimento local, intensificando os trabalhos de ocupação das terras.

A Colonizadora começa a promover o processo de migração dos excedentes humanos das velhas colônias gaúchas. Com o intuito de praticar a ocupação das terras de Chapecó, busca atrair os descendentes de europeus oriundos do Rio Grande do Sul para o município. A partir da década de 1920, surge o primeiro grupo de migrantes oriundos do sul, devido à dificuldade de se encontrar terras produtivas no estado vizinho e até mesmo pela falta e ou pelo elevado preço em que elas se encontravam, o que, segundo RENK (1999), foi chamado de *enxamagem*, ou seja, a saída dos colonos do Rio Grande do Sul para Santa Catarina. Este fato também é percebido por Campos quando relata que “a Bertaso trouxe mais de 8.000 famílias do Rio Grande do Sul para Santa Catarina, sendo as terras vendidas aos colonos com uma entrada de 30% e o restante dividido em duas parcelas semestrais” (CAMPOS, 1987, p.72).

Dessa forma, o processo de migração ocasionou a ocupação da região oeste de Santa Catarina (Imagem 02). A maioria dos novos moradores eram de origem alemã, italiana e polonesa, que ao se instalarem se confrontam com vários problemas de infra-estrutura, estradas precárias e a falta de estabelecimentos comerciais. Tudo isso manteve isolada a região do resto do estado, submetendo os colonos de origem européia “a um modo de produção de subsistência sem conexão aos mercados” (DMITRUK, 2001, p.21).

Mesmo assim, os novos moradores começam a traçar um outro perfil socio econômico para a região, que sai do modo de produção extremamente vinculado à cultura de subsistência para o modelo mercantil, que preza pela produção de excedentes.



Imagem 2: Passo dos Índios – atual cidade de Chapecó
Fonte: Centro de Organização da Memória (CEOM)

Assim, novas relações vão se construindo através do contato dos colonizadores com os grupos nativos. Justamente pela chegada dos migrantes, surgem outros modos de vida e começam a ser estabelecidos novos padrões no que se refere à infra-estrutura. Isso é reforçado pelo fato da colonizadora necessitar instalar um mínimo de condições, a fim de atrair um número maior de migrantes dessa forma, começa a se conceber e formatar o núcleo urbano de maneira mais organizada.

O processo de consolidação étnica

Segundo GIRON (Apud, WERLANG, 1999), o progresso do capitalismo com novas formas de produção modificou as relações sociais, políticas e econômicas, dando origem ao processo emigratório europeu, no qual o Brasil foi um dos grandes receptores dessa mão-de-obra.

A partir do decreto número 6.129 de 23 de fevereiro de 1.876, que organizou a Inspeção Geral das Terras, foi desencadeado o fluxo de europeus para o Brasil. Segundo Caio Prado Júnior, houveram dois tipos de imigração para o Brasil: uma iniciativa oficial, que objetivava povoar zonas desocupadas,

geralmente longe dos latifúndios; e a outra particular, que buscava mão de obra para o latifúndio, em substituição da mão de obra escrava. [...] Os colonos que se estabeleceram em pequenas propriedades, destinavam-se, na sua maioria, a região sul do país, ocupando áreas que na época não interessavam ao latifúndio pecuário. O latifúndio exportador, temendo que os produtos dos colonos pudessem vir concorrer com eles o mercado internacional, não desejavam a colonização em regiões próximas aos cafezais. Por isso, a colonização deveria se localizar em áreas não propícias às culturas desenvolvidas pelos latifúndios voltados à exportação. Assim, se entende porque a colonização só teve êxito nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. [...] O Rio Grande do Sul foi o estado que mais recebeu imigrantes alemães e italianos destinados à pequena propriedade. [...] Após a revolução Federalista, os imigrantes alemães e italianos iniciaram a colonização no Alto Uruguai, criando núcleos desde Marcelino Ramos até o Rio Ijuí. Este fluxo migratório passou o Rio Uruguai, iniciando a colonização o Oeste Catarinense (GIRON Apud WERLANG, 1999, p. 14-17).

Conforme já dito anteriormente, a região era habitada praticamente por índios Kaingang, esporadicamente por índios Guaranis, que tinham na mobilidade um ponto importante de sua característica de modo de vida, além dos cablocos que precederam os colonizadores imigrantes.

A intersecção da história indígena com a dos colonizadores brancos começa no ano de 1.720 [...]. Até por volta de 1.839, a região Oeste de Santa Catarina vinha sendo ocupada por fazendeiros vindos de Guarapuava e Palmeiras que, então, pertencia, ao Estado de São Paulo (ROSSETTO, 1995, p. 10-11).

Assim, inicia a alteração do quadro étnico da região que é acelerado com o incentivo à ocupação deste território, que, segundo o trabalho de Werlang, o principal processo de colonização do oeste catarinense se deu por meio da Companhia Territorial Sul Brasil, tanto pelo número de colonos envolvidos quanto pela política adotada pela empresa. Mais especificamente em termos étnicos destaca-se que

a Cia. Territorial Sul Brasil procurou atrair para a sua gleba descendentes de alemães e italianos, católicos ou luteranos das diferentes cidades do Rio Grande do Sul. Nisso a Cia. Sul Brasil se diferenciava das outras Companhias, como a Chapecó-Peperi, que colonizavam suas terras com teuto-brasileiros evangélicos; a Volksverein, introduziu em suas terras teuto-brasileiros católicos, e a Bertaso e Maia, voltada para a colonização ítalo-brasileira (WERLANG, 1999, p. 28).

Relembra-se que a região onde hoje se localiza o município de Chapecó foi colonizada pela Bertaso e Maia que, desde 1918, atuou no parcelamento da região. Todos que aqui chegaram passaram por dificuldades muito piores do que os que chegaram ao Rio Grande do Sul. Estas iniciavam já na mudança em função da precariedade do transporte, da falta de estradas e pela necessidade de transpor os veios d'água, como o Rio Uruguai que nas cheias impedia a entrada de mantimentos do Rio Grande do Sul. Muitos gastaram quase tudo que tinham para não passar fome.

O trabalho era árduo, "pois quando não trabalhavam na roça ou na construção de casas, os colonos trabalhavam por diária para conseguir algum dinheiro para comprar os produtos que faltavam" (WERLANG, 1999, p.35). Não havia médicos e hospitais, deixando a situação ainda mais delicada com a grande presença de mosquitos e focos de tifo. Os únicos alimentos oferecidos na região eram o peixe, a caça e o mel, mas exigia-se certa perícia para obtê-los. As atividades econômicas se concentravam na agricultura e na exploração da madeira, ambas realizadas de forma indiscriminada, indicando falta de preocupação com o meio ambiente.

Com isso, traça-se o perfil dos habitantes do oeste catarinense, os quais se organizaram nas seguintes linhas gerais:

- fase de ocupação indígena: até meados do século XIX, afora algumas incursões exploratórias portuguesas, a região era território tradicionalmente ocupado pelos índios Kaingang;
- fase cabocla: a população que sucedeu à indígena e miscigenou-se com esta foi a dos luso-brasileiros, mais conhecidos como cablocos, cuja principal atividade era a agricultura de subsistência, o corte da erva-mate e o tropeirismo. Esta é a fase mais esquecida e a menos estudada

de todas;

- fase de colonização: caracterizada pela penetração de elementos de origem alemã e italiana, vindos principalmente do Rio Grande do Sul, pelo desenvolvimento dos projetos de colonização e da exploração madeireira. Esses colonos passam a adquirir terra das colonizadoras formando a grande frente agrícola e pecuária que vai afastando aos poucos o cabloco (POLI, 1995, p.73).

O processo de consolidação do núcleo urbanizado do município de Chapecó/SC

O conturbado processo de ocupação das terras do oeste de Santa Catarina, que perpassou desde conflitos de caráter político a étnicos, parece não ter influenciado nos aspectos de conformação física e estrutural de implantação do seu assentamento urbano. Este, desde os seus primórdios possui um desenho vinculado aos padrões europeus, em que se destaca o ordenamento e regramento por meio da trama xadrez que se distribui a partir do conjunto central que contém: praça, igreja e prefeitura.

Um dos primeiros mapas a que se tem acesso mostra o núcleo urbano na década de 1930 (imagem 03), no qual é possível observar o desenho do traçado concebido de forma extremamente organizacional, ou seja, com a implantação de vias retas e alinhadas que se cruzam em ângulos retos (ortogonais), constituindo, assim, o formato de um tabuleiro xadrez. É possível também perceber o padrão da distribuição fundiária com as quadras divididas em porções iguais ou quase iguais.

A população era de pouco mais de oitocentos habitantes neste momento, mas o desenho do núcleo já demonstrava a postura e a intenção de crescimento e expansão da consolidação ocupacional do território, que se entende estar vinculado à perspectiva de um processo maior de desenvolvimento: o econômico e produtivo. Este, por sua vez, traça definitivamente a postura de negação a todo processo histórico da região, assumindo o futuro como identidade almejada.



Imagem 3: Mapa de Chapecó – Ano 1933

Fonte: HERMES, 2003 - Colonizadora Bertaso/Acervo CEOM

Outros pontos de extrema importância são os recursos naturais existentes que permeiam o núcleo urbano. Por isso, também se destaca a forte presença e marcação dos rios e córregos, bem como as áreas de banhado e/ou alagadiças, que hoje se encontram em grande estado de abandono e poluição. Paralelamente, nota-se a

marcação do sistema viário, que possui quatro radiais que partem da praça, cortam o primeiro quarteirão e conformam complicados cruzamentos com as demais ruas que ali, concomitantemente, desembocam. A radial que cruza o traçado no sentido nordeste avança dois quarteirões, fornecendo uma particularidade no desenho do conjunto.

Com a expansão do núcleo, percebe-se certa intenção de fuga da regularidade do desenho ortogonal, que pode ser observada a partir da década de 1940, desvinculando-se de sua formação inicial (Imagem 04). Entende-se este fato pelo traçado, neste momento, estar se expandindo em direção às regiões topograficamente pouco favoráveis, com declives mais acentuados ou outros fatores que levam a adaptar o traçado às condições impostas pelas curvas de nível, diferenciando-se do seu formato inicial.



Imagem 4: Mapa de Chapecó – Metade da década de 1940

Fonte: HERMES, 2003 - Colonizadora Bertaso/Acervo CEOM

De maneira geral, a década de 1940 marcou o crescimento do município com o surgimento de usos e serviços de apoio aos novos habitantes da região que sofreram a falta dessas demandas, principalmente de infra-estrutura e equipamentos, muito em função do seu isolamento do núcleo mais desenvolvido: a sede do estado de Santa Catarina (hoje cerca de 700Km). Deste, pode-se destacar: o primeiro cinema em 1943, para fins culturais e de lazer e a delegacia regional de polícia em 1946, o que representa preocupações com a segurança do município e região. Assim, como entidades de órgãos públicos, estaduais e federais, tal como a criação do posto de saúde estadual; a instalação da inspetoria de estradas e rodagens (DER), os serviços de radiotelegráficos da polícia militar do estado, a presença de órgãos privados como a Associação Comercial e Industrial de Chapecó (ACIC) e a presença da imprensa com o Jornal d'Oeste em 1947. No ano seguinte, tem-se a empresa Força e Luz, sendo o resultado de preocupações com a questão da implantação de uma hidrelétrica para abastecer a cidade e o aeroclube. E em fase experimental a rádio Sociedade Oeste Catarinense em 1949 (HASS, 1997).

Nos anos 50 do séc. XX, nasce uma nova ordem, tanto do ponto de vista econômico, como social, que ficou marcada por uma grande estagnação e que se agravou ainda mais com o episódio da chacina (HASS, 2003) de quatro pessoas dentro do núcleo urbano de Chapecó, com fortes repercussões negativas para o município. O acontecimento foi notícia em todo o estado, no Brasil e até internacionalmente. A cidade ficou conhecida como a cidade dos "sem leis". Esta década acabou forte e negativamente marcada e, para retomar o crescimento das atividades econômicas e sociais, as autoridades municipais buscaram estratégias que amenizassem os fatos e retomassem o crescimento e as atividades que se mantinham estagnadas.

Como a região trabalhava como uma cultura voltada para a produção de excedentes, surgiu uma maior demanda em produtos, que acarretou no desenvolvimento de uma nova atividade no ramo agroindustrial e conseqüentemente do núcleo urbano (imagem 05).



Imagem 5: Núcleo Urbano de Chapecó - Adensamento na década de 1950

Fonte: HERMES, 2003 - adaptado da Prefeitura Municipal de Chapecó

Os frigoríficos, a partir de suas instalações, foram tomando seu espaço e caracterizando sua importância para o desenvolvimento e sustento do crescimento econômico do município. Assim, a instalação do frigorífico S.A Indústria e Comércio Chapecó em outubro de 1952 possibilitou a retomada do crescimento das atividades econômicas do município, bem como o desenvolvimento da cidade. Em 1956, tem-se a inauguração do frigorífico Indústria e Comércio Marafon Ltda. (INCOMASA). A partir disso, novas instituições surgem para fomentar ainda mais este processo. Neste

período ainda pode-se destacar a criação do jornal O Imperial, o Jornal do Povo em 1951. E, no ano seguinte, a Fundação da Associação dos Balseiros do Rio Uruguai e a inauguração de uma filial do Banco do Brasil. Tem-se, ainda, a inauguração do Quartel da Polícia Militar em 1953 e a criação da Diocese de Chapecó em 1958, ocorrendo a sua instalação em 1959 (HASS, 1997).

Empresas de porte continuaram se instalando na cidade, como é o caso da Cooperativa Central Oeste Catarinense em 1969, tendo como objetivo a industrialização e comercialização da produção de suínos. No cenário urbano é onde se percebe as maiores transformações, não em decorrência dos desmembramentos, pois estes não afetam o desenvolvimento do núcleo urbano da cidade, mas sim pela nova ordem econômica que o município apresenta em relação ao setor agroindustrial.

No desenho da cidade, observa-se o surgimento de dois loteamentos: Jardim Itália e Santa Maria. A criação destes demonstra a carência da estrutura física para abrigar o crescimento populacional, bem como a necessidade de organizá-lo e promovê-lo de forma racional. A partir disso, tem-se que nos anos 60 a cidade já possuía cerca de 10 loteamentos, apontando para um fortalecimento do processo de expansão e, possivelmente, de desenvolvimento, tendo como principal fator a retomada econômica por meio da indústria. Isso gerou uma forte atração para o núcleo urbano, que se confrontado com o estado agravante em que se encontrava o meio rural, entende-se o que acabou por refletir na forte corrente de migrações rural/urbana que o núcleo teve que absorver.

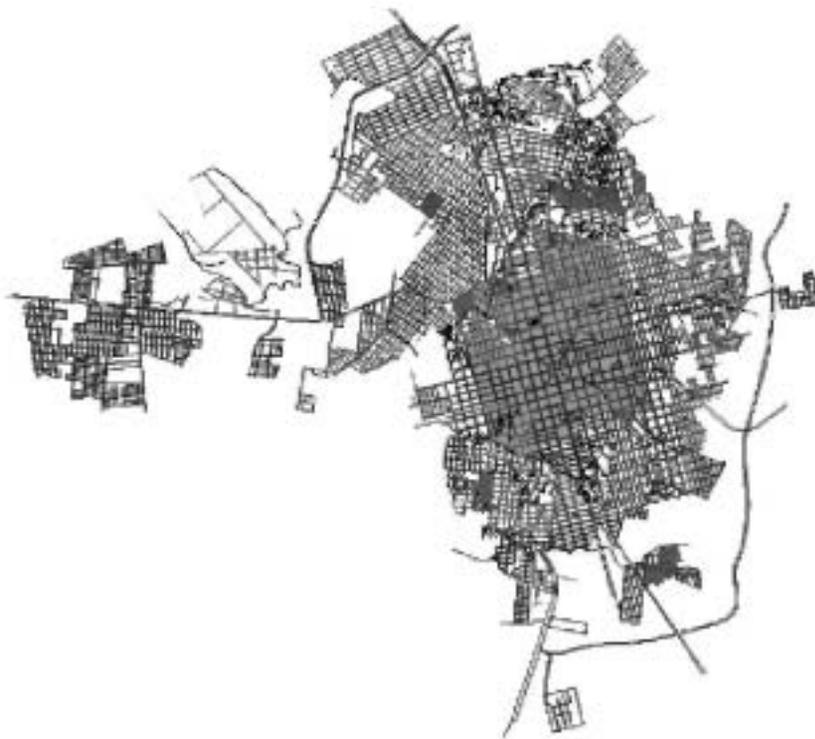


Imagem 6: Núcleo Urbano de Chapecó – Adensamento na década de 1960
Fonte: HERMES, 2003 - adaptado da Prefeitura Municipal de Chapecó

Economicamente, Chapecó foi tomando destaque, tanto que, em 1963, o estado instala na região uma secretaria que teve como meta promover o seu crescimento. Com isso, tem-se uma aceleração do processo de desenvolvimento local. É importante resgatar o fato de que até então a região pouco representava para a economia do Estado, tanto por causa da distância com a capital, quanto pela falta de mobilidade devido à precariedade e/ou inexistência das estradas. Assim, Chapecó apresenta melhorias em diversas áreas, destacando-se, principalmente, os investimentos em infra-estrutura como: estradas, energia elétrica, entre outros fatores que a colocam entre as principais arrecadoras do Estado.

Na década de 1960/1970 do sec. XX, a questão de melhoria das estradas é evidenciada em todo o país, demonstrando que o problema de isolamento oriundo da falta de acessibilidade é uma constante, e a necessidade de vencer distâncias significa até mesmo vencer uma luta pela própria sobrevivência. Ao passo que as distâncias são vencidas, o município entra no cenário nacional, suas empresas se tornam competitivas e, teoricamente, aumenta sua arrecadação.

A questão do acesso e mobilidade não corresponde somente a suas conexões externas, sendo importante destacar o início da obras da ponte sobre o rio Uruguai, que a partir de 1969 ligou o estado de Santa Catarina ao Rio Grande do Sul. Internamente, no ano de 1967, é implantado em Chapecó o sistema de transporte coletivo.

Com a inserção de Chapecó no mercado nacional, a cidade vai estabelecendo uma política de fixação e reconhecimento. Outro fator importante deste quadro é a realização da primeira edição da EFAPI (Exposição Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Chapecó) em 1967, no Parque de Exposições, hoje denominado de Tancredo de Almeida Neves. O evento é bienal e tem caráter nacional, abrangendo os setores primários, secundários e terciários, além de abrir espaços para a difusão de novos conhecimentos, tecnologias, assim como a realização de negócios, consolidando a passagem da produção economicamente voltada ao setor agrícola, para fazer parte do rol das cidades industrializadas. Chapecó se torna, cada vez mais, um pólo integrador dos municípios da região: um centro de negócios.

A década de 1970 é marcada como o período de fortes modificações para base socio econômica. Novas atividades surgem para consolidar o mercado, como é o caso da implantação do Ensino Superior Isolado da Fundação do Desenvolvimento do Oeste - FUNDESTE. É nesta época que surge o fortalecimento do setor agroindustrial, com a implantação das empresas como a Cooper Alfa que atua no ramo de beneficiamento, processamento e

industrialização de cereais, entre outras atividades (ALBA, 2002). Tem-se também a instalação da Sadia Avícola S.A, produzindo e industrializando perus, e a Ceval Alimentos, atuando no ramo de extração e refinamento de óleos e a implantação de empresas de transportes de mercadoria, metal mecânico, plástico, ou seja, firmas com atividades voltadas principalmente para suprir a demanda dos frigoríficos. Este processo corresponde a uma fase de terceirização de muitos dos serviços realizados pelas agroindústrias, que passam a adotar um novo modelo para o setor, criando novas atividades.

A indústria, tradicionalmente, e em Chapecó, não foi diferente, induz a um crescimento populacional avassalador em termos de organização de sua estrutura espacial, pois desencadeia o pensamento básico do lucro para a iniciativa privada, aumento da arrecadação para o município e emprego para o cidadão. Todavia, esta expansão não pode ser vista somente por este viés, pois também podem resultar em danos para a qualidade de vida da população, senão tomadas as devidas precauções, pois a estrutura física do município sofre com o descaso com o meio ambiente, o inchaço populacional e o adensamento que a cidade tem que absorver e prover, entre outros. Aqui destaca-se um importante ponto do motivo da cidade de Chapecó ter sido desenhada e não planejada, como muitos tentaram defender.

Paralelamente a este processo, tem-se que a busca pelo emprego nem sempre se dá da forma esperada, conseqüentemente, a exclusão, marginalização e ocupações em áreas irregulares por parte da população sem um mínimo de condições para sua sobrevivência também começam a fazer parte da paisagem da cidade. Além disso, registram-se problemas ambientais causados pelas empresas, como a contaminação de mananciais através de produtos químicos, poluição atmosférica, entre outros. Ou seja, são problemas de toda ordem, como a falta de infra-estrutura, saneamento básico, o que acaba por poluir e degradar de forma voraz o meio ambiente, proporcionando a proliferação de doenças.

Mas Chapecó nos anos 70 do século XX ainda não se encontrava em um estado tão crítico sob estes aspectos, afinal a sua industrialização é um processo muito recente e o núcleo urbano conta apenas com 39 loteamentos, mas que já apresentam vários problemas em relação ao setor urbanístico (Imagem 7). No intuito de minimizar estes processos negativos e viabilizar melhorias, a cidade se inscreve no *Plano Comunidade Urbana para Renovação Acelerada* (CURA), que utilizava recursos do governo Federal, tendo como gestor orçamentário o BNH (Banco Nacional de Habitação) através da aplicação dos recursos do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço).

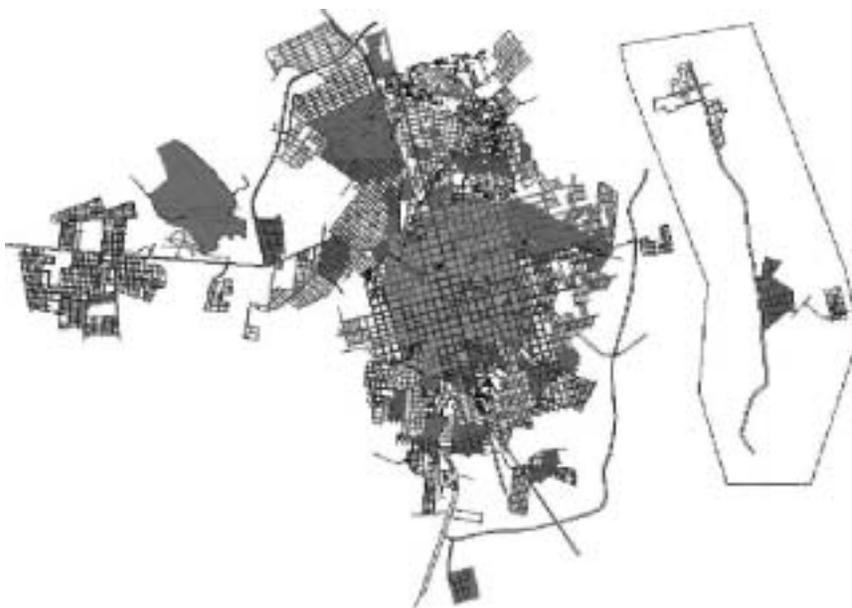


Imagem 7: Núcleo Urbano de Chapecó – Adensamento na década de 1970
Fonte: HERMES, 2003 - adaptado da Prefeitura Municipal de Chapecó.

É inegável que a cidade passou por uma importante revitalização e estruturação, principalmente do seu núcleo central. Percebe-se claramente que a política do município para o ingresso ao plano Cura se dava aos bairros circunvizinhos ao centro da cidade, podendo-se defini-los, como ocorreu, como de forte interesse para

a especulação imobiliária, ou ainda, um espaço seletivo destinado aos que pudessem arcar com os novos equipamentos com que foram dotados. Com isso, fica claro o pensamento e ação da administração pública chapecoense em relação ao provimento da cidade para o seu desenvolvimento.

Na década de 1980, a região desperta para o potencial de uma nova atividade: a hidrelétrica. Esta, além de ser importante fator para a fixação das novas atividades ligadas ao oeste de Santa Catarina, também desenvolve o seu grande potencial hídrico e dá início ao que se poderia chamar de Ciclo das Hidrelétricas, aproveitando a escassez de energia, ligada ao seu alto consumo, e a necessidades de financiamentos para o setor. O oeste catarinense entrou com forte participação nestes investimentos relacionados à construção das usinas. Assim, surgiam as instalações de Ita, Quebra-queixo e Foz do Rio Chapecó, direta ou indiretamente ligadas ao território do município de Chapecó. O fato preocupante são os seus reflexos na região como um todo, inclusive no seu microclima.

Mas o principal ponto de interesse é o turismo que está vinculado a todo este processo, pois cada vez mais se busca fortalecer esta atividade na região. Um exemplo atual deste contexto é o fato de, em 2003, terem sido oficialmente abertas várias rotas turísticas no município e na região: Rota do Vale do Rio Uruguai, Rota do Vale do Rio Irani, Rota da Cultura Italiana, Rota dos Tropeiros, entre outras.

Todo este processo interferiu fortemente na taxa de crescimento populacional que passou de 44.327 hab. em 1.940 para 146.967 hab., em 2000, na estruturação e efetiva ocupação do solo do município de Chapecó que ocorreu de forma mais acelerada e efetiva, basicamente, nos últimos trinta anos, consolidando novos hábitos que se evidenciam no processo de transformação local.

Hoje, a cidade (Imagem 8) se encontra em uma posição privilegiada dentro da região, sendo o centro econômico e de referência das demais cidades do oeste catarinense com uma população em torno de 169.256 habitantes e uma área de 625,6 Km².

Cientes dos dados e na tentativa de minimizar os efeitos da ocupação e consolidação, tanto do núcleo urbano quanto do município como um todo, a Prefeitura Municipal de Chapecó revisou e aprovou, em janeiro de 2004, o novo Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial (maiores detalhes ver <http://web.chapeco.sc.gov.br/pddtc/>), com bases no Estatuto da Cidade, Lei 10.256. A partir desse documento procura dar destaque ao acesso à cidade e à justiça social, entre outros pontos importantes de seus atuais princípios e objetivos para o município.

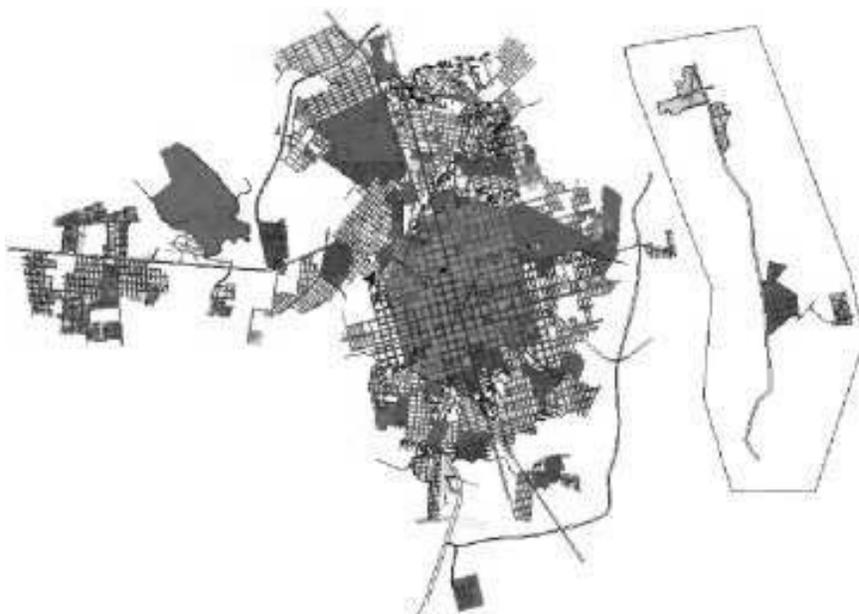


Imagem 8: Imagem 7: Núcleo Urbano de Chapecó – Adensamento na década de 1970. Fonte: HERMES, 2003 - adaptado da Prefeitura Municipal de Chapecó.

Com isso, fica clara a postura do município rumo ao “futuro” e como consequência à negação de uma importante parte de suas origens que pode ser observada a partir da análise do que considera seus pontos/marcos de referência (<http://www.chapeco.sc.gov.br/index.php?go=1&sb=1175>):

- Monumento “o Desbravador”, primeiro item citado no rol de pontos turísticos do município, exaltando seu vínculo com o que considera o início da ocupação do território;
- A Praça Coronel Bertaso, tanto o elemento praça quanto o nome remetem ao ciclo de urbanização do município;
- Catedral Santo Antônio (Centro) e Capelas São Carlos (Colônia Bacia), altamente vinculadas com os processos de colonização (como já comentado anteriormente) realizados por meio das Companhias Colonizadoras;
- Rota do Rio Uruguai, explora as belezas naturais e procura divulgar as pequenas propriedades da região, mas o município não conseguiu reverter o processo histórico de uso indiscriminado do solo que ainda substitui a mata nativa (remanescente do processo de ocupação) por lavouras e mata de eucalipto (para silvicultura), o que está alterando significativamente a paisagem e o clima local, tanto que até o ano de 1996 registrou-se precipitação de neve no município o que não mais ocorre;
- Gruta de Sede Figueira, Gruta de Sede Trentin, Trilha do Pitoco, Camping Rota do Sol, Propriedade Santolin, Hotel Fazenda São Luiz, Recanto dos Pinhais são propriedades privadas que exploram as belezas naturais do município. Nos últimos anos, têm-se iniciativas de conscientização dos cuidados necessários para com esses recursos, mas ainda não é uma prática padrão;
- Balneário de Águas Termais, considerando que o município se encontra em cima do Aquífero Guarani (importante reservatório de água subterrânea - maiores detalhes ver: http://www.sg-guarani.org/index/site/sistema_acuifero/sa002.php) é uma grande fonte turística, só que a prática da criação, principalmente de porcos, e o pouco cuidado até então tidos com seus resíduos estão comprometendo seriamente a qualidade desta água;
- Estádio Regional Índio Condá, num primeiro momento vê-se uma tentativa de salvaguardar a ocupação pioneira da região, mas tem-se que entender que este é o nome do índio que fez a “ligação entre o homem branco e os índios”, possibilitando a ocupação da região, fato que deixa opiniões controversas a respeito de seu papel no processo;
- Parque de Exposições Tancredo de Almeida Neves é o principal local de eventos do município, Kartódromo Plínio Arlindo de Inês e Autódromo Internacional de Chapecó, apesar de serem grandes espaços e com significativa importância na região, possuem grandes períodos de obsolescência, que leva a remeter ao forte vínculo dos moradores desta região com o trabalho e não com lazer;
- Museu Municipal Antônio Selistre de Campos (localizado num chalé considerado representativo das primeiras

ocupações, o fato é que além de ser um exemplar único, não representando a tipologia da época, ainda se encontra dentro do Parque de Exposições, ou seja, fora de seu contexto original, o que compromete seriamente a sua representatividade), Museu Tropeiro Velho e Museu da Cultura Italiana (expõem os materiais dos primeiros migrantes e de seus hábitos) – aqui se reforça o olhar do município somente para o período da colonização;

- Ecoparque, parque urbano que se localiza ao lado de um importante córrego do município e que se encontra totalmente poluído, o que reforça os descuidos ambientais até então ocorridos;

- Terminal Rodoviário Raul Bartolamei, Aeroporto Serafin Enoss Bertaso. Aqui se entende existir uma confusão entre o que realmente se pode considerar ponto turístico com os locais importantes para a economia e desenvolvimento do município.

Local importante de acrescentar a esta lista é o Centro de Organização da Memória (CEOM) que trabalha com o resgate e salvaguarda da memória do município e região, possuindo um setor dedicado especialmente aos índios e à arqueologia. Localizado no piso superior da Rodoviária, procura divulgar, por meios de exposições e atendimento ao público, todo o seu acervo. É no mínimo curiosa a negação deste espaço como importante ponto turístico da salvaguarda e divulgação da memória do município e da região.

Considerações finais

O município de Chapecó/SC surgiu de um processo altamente conturbado e doloroso, o qual se entende ter deixado profundas marcas nas gerações que aqui chegaram, focando suas expectativas no futuro do município e região. Conseqüentemente, as novas gerações cresceram procurando esquecer, ou pelo menos não reviver, este período. Com isso, também acabam negando toda memória e registro anterior a este período.

A década de 1950, por outro lado, é considerada como ponto fundamental para o que se pode chamar de virada, consolidando

as bases de um futuro mais promissor. Nesse momento, o município toma as rédeas do seu crescimento e desenvolvimento, tornando-se um ponto de extrema importância no oeste catarinense. Com isso, o seu núcleo urbano não poderia ter e dar respostas, em termos de consolidação, diferentes da que se pode observar. O grande problema que se pode detectar é que com o seu acelerado processo de urbanização, que se por um lado impulsionou o seu desenvolvimento, acabou consolidando novos hábitos que se evidenciaram no processo de transformação local.

O que se observa hoje é que o município se encontra em situação e localização privilegiadas com relação às demais cidades do oeste catarinense, mas está correndo sério risco de perder a sua identidade, caso não reflita e assuma as peculiaridades que lhe são inerentes. E é dentro deste contexto que se encontra o maior potencial e valor do turismo para o município.

Entende-se ser estas as duas faces do turismo: que se por um lado pode resgatar os sentimentos de pertencimento e salvaguarda de uma determinada cultura e com ela o seu patrimônio, em sentido amplo, enobrecendo a sua comunidade por pertencer àquele local e por ter e cultivar os laços com esse modo de morar, viver (mesmo que precários num primeiro momento), por outro lado o turismo pode trazer consigo o desafio da globalização, que em termos arquiteturais implica uma pós-modernidade cênica (GARCIA, 1997), arranjada ao gosto do turista, modelo este que mitifica e deturpa as raízes locais, subjugando-as e criando comportamentos artificiais até mesmo entre a população local.

Chapecó encontra-se exatamente nesta linha divisora, um movimento em falso ou impensado e a sua comunidade entra definitivamente na indiferença cultural que acarreta muitas outras conseqüências como a falta de amor e de identidade com o local onde mora e vive, ou seja, o patrimônio cultural da comunidade como um todo fica ameaçado a cair na indiferença. A opção por um plano de desenvolvimento sustentável para o município aponta que este está passando por um processo de revisão e reavaliação de

seus conceitos e posturas que são particularmente importantes para a sociedade chapecoense. Entende-se ser esta a oportunidade para resgatar e consolidar a identidade e o patrimônio cultural desta sociedade e a partir disso "explorar" e "vender" a sua real essência, ou seja, seu modo de viver, morar, o que, em última análise, é o que se considera como o *slogan* do bom turismo, além de fortalecer a comunidade local e desenvolver uma alternativa de renda para o setor econômico como um todo.

A partir da compreensão desses fatos e conceitos, é que se pode explorar a visão do turismo também como um subsistema de renda para o município de Chapecó e região, que atualmente possuem a sua principal base econômica na agroindústria. Contudo, entende-se ter deixado claro que a compreensão da estrutura espacial de ocupação e formação do núcleo urbano do município, seus hábitos, costumes, bem como a legislação que o influenciou, atuou ou atua sobre este espaço é o que possibilita resgatar o cerne do conteúdo, da essência da identidade desta comunidade, mostrando o seu potencial único e que este é o caminho que pode e deve ser adotado pela cidade, a fim de proteger e manter o seu patrimônio cultural. Neste sentido, entende-se ter a mesma opinião do poder público local quando da criação de rotas turísticas altamente vinculadas à valorização da essência da região: a agroindústria e a agricultura familiar. A questão agora é fazer a comunidade se apropriar de forma efetiva de seu passado para construir o futuro sem perder a sua identidade.

Notas

* Mestre em Planejamento Urbano e Regional - PROPUR/UFRGS. Especialista em Patrimônio e Conservação de Artefatos - ILA/UFPel. Pesquisadora do Grupo Cidades: cultura, urbanização e desenvolvimento. Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo/Centro Tecnológico da Universidade Comunitária Regional de Chapecó - UNOCHAPECÓ.

Referências

ALBA, Rosa Salete. **Espaço Urbano**: os agentes de produção em Chapecó. Chapecó: Argos, 2002. 179p.

CAMPOS, Índio. **Os Colonos do rio Uruguai**: relações entre pequena produção e Agroindústrias no Oeste Catarinense. Dissertação (Mestrado em História). Chapecó: Unoesc, 1987.

DMITRUK, Hilda B. História, Memória e legados culturais no Oeste Catarinense. In: **Série Interdisciplinar** - Centro de Ciências Humanas e Sociais. Chapecó: Unoesc, Ano 8, nº 37, 2001.

FORTES, Adílio. **A Proto-História do Município de Chapecó**: oeste de Santa Catarina (1641 a 24/08/1917). São Paulo: Carthago Editorial, 1990. 85p.

GARCIA, Fernanda Éster Sánchez. **Cidade espetáculo**: política, planejamento e city marketing. Curitiba: Palavra, 1997. 168p.

Hass, Mônica. **Os partidos políticos e a elite chapecoense**: um estudo de poder local 1945 a 1965. Chapecó: Grifos, 1997. 295p.

HERMES, André; VILLELA, Ana Laura Vianna. **Evolução Urbana da Cidade de Chapecó**: a compreensão da sua estrutura urbana. Relatório de Pesquisa. Chapecó, 2003. 54 p.

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil terra de quem?** São Paulo: Nobel: Editora Universidade de São Paulo, 1991. 143p.

PELUSO, Victor A. A evolução da cidade de Chapecó: de povoado a centro regional. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1982. p. 365 - 399.

POLI, Jaci. Cabloco: pioneirismo e marginalização. In: **Cadernos do CEOM**. Ano 08, nº 01, 1995. Chapecó: UNOESC, 1995. pg. 73-110.

RENK, Arlene. **Migrações**: de ontem e de hoje. Chapecó: Grifos, 1999. 88p.

RENK, Arlene. **Sociodicéia às Avessas**. Chapecó: Grifos, 2000. 440p.

ROSSETTO, Santo. Síntese histórica da região oeste. In: **Cadernos do CEOM**. Ano 08, nº 01, 1995. Chapecó: UNOESC, 1995. pg. 07-15.

WERLANG, Alceu Antônio. Colonização ítalo-brasileira, teuro brasileira e teuto-russa no Oeste de Santa Catarina/Atuação da Cia. Territorial Sul Brasil. In: **Cadernos do CEOM**. Ano 13, nº 11, agosto/1999. Chapecó: Grifos, 1999. pg. 11-53.

Abstract

This paper talks about the cultural identity process analyzes in Chapecó/SC. The method is based on the trajectory and consolidation analyzes of the urban area. One part of the problems is the land propriety and the occupation difficulties on the region, that it was considered as hostile and unoccupied. The results analyze Chapecó cultural future. About this, the first preoccupation is concerned about the memories and patrimonies that are being protect like important ones for the people.

Keywords: XXth century colonization; Chapecó culture; urban territory.